

Crise ameaça excelência do Pedro II

■ Com déficit de 93 professores, o único colégio federal do país reduziu vagas, cortou disciplinas e diminuiu a carga horária das aulas

ROSA LIMA

Uma das poucas ilhas de eficiência no mar de adversidades enfrentadas pela máquina federal no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II já começa a sucumbir à crise que tomou conta das instituições da União. Tido como referência em educação pública, o colégio, o único dedicado ao ensino fundamental e médio na esfera federal, deu início ao ano letivo de 1999 com 30% menos vagas oferecidas aos novos alunos, fechou turmas, eliminou disciplinas e reduziu a carga horária das aulas.

O total de vagas do concurso do Pedro II – para ingresso nas classes de alfabetização, na 5ª série do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio – foi reduzido de 853 em 1998 para 532 este ano. Com isso, a disputa entre os candidatos ficou ainda mais acirrada. Na quinta série, havia no início do ano 25 inscritos para cada uma das 225 vagas ofertadas. No ensino médio, que perdeu 60,8% das vagas, chegou a 27,5 o número de candidatos disputando os 107 lugares disponíveis. A classe de alfabetização, onde o ingresso é feito por sorteio, perdeu 20 vagas em relação ao ano passado, ofertando apenas 200 este ano.

Empobrecimento – Quem conseguiu vencer a maratona do concurso, já ingressou no colégio com um grade curricular mais pobre e 25 minutos a menos de aulas por dia. A partir deste ano, os alunos do segundo ano do ensino médio da unidade Tijuca não terão mais aulas de filosofia. E em todas as demais unidades do colégio – são nove no total, distribuídas entre o Centro, São Cristóvão e Tijuca, na Zona Norte, e Humaitá, na Zona Sul – reduziu-se um tempo de aula por turma das disciplinas de Português, Física, Francês e Educação Musical.

“Estamos vivendo um lento processo de sucateamento do Colégio Pedro II”, afirma a vice-presidente da Associação de Pais de Alunos, a psicóloga Lillian Bastos, ela mesma ex-aluna do colégio e mãe de três estudantes do ensino médio da unidade São Cristóvão. Segundo ela, a

crise por que passa o colégio também levou a extinção de matérias extra-curriculares, como alemão, espanhol e desenho. “Além disso, os professores estão trabalhando no limite de sua capacidade. O professor de música, que tinha três turmas, agora tem oito e ainda dirige o coral. É óbvio que isso afeta a qualidade do ensino”.

O número de funcionário também já não é suficiente para atender a demanda da escola. “Na unidade São Cristóvão, há apenas um inspetor de ensino para cuidar de nove turmas, ou seja, uma média de 360 alunos. Antigamente, cada turma tinha seu próprio inspetor”, revela Lillian.

O motivo principal da crise que atinge o Colégio Pedro II é a proibição, por parte do governo federal, de novas contratações de servidores. Segundo a direção do colégio, o déficit hoje é de 93 professores. O quadro de docentes, que já chegou a ter mil funcionários, não passa agora de 780 para atender aos 13.300 alunos nas nove unidades do colégio. “As incertezas frente à política do governo e a Reforma da Previdência aceleraram muitos processos de aposentadoria”, explica o professor Oscar Halac, assessor da direção geral do colégio.

Concurso – Segundo ele, os aprovados no concurso para professores realizado em 1996 não puderam ser chamados e o prazo de validade do exame está prestes a expirar. Havia uma promessa do Ministério da Administração de conceder algumas excepcionalidades, que garantiriam a contratação de pelo menos um docente para cada três aposentados, mas nem isso chegou a ser efetivado. “Entendemos que o governo tem necessidade de enxugar a máquina administrativa, mas acreditamos que a área de educação, e o Colégio Pedro II em particular, que sempre primou pela excelência de ensino, deveriam merecer um tratamento diferenciado nessa questão”, diz Halac.

Com 162 anos de existência, o Pedro II sempre figurou entre os melhores colégios do país. Não apenas o número de pais interessados em

matricular seus filhos, mas também o índice de aprovação de seus alunos nos vestibulares das melhores universidades do Rio atestam a credibilidade desfrutada pelo colégio. Este ano, por exemplo, o Pedro II ficou em 2º lugar em aprovação no Vestibular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Paliativo – Foi justamente para tentar manter esse alto padrão de ensino que a direção do colégio optou por diminuir o número de vagas a novos alunos. “Isso foi um paliativo para evitar o colapso do colégio, mas é um absurdo que se tenha que reduzir o tamanho de uma escola pública de qualidade”, avalia o professor de geografia Marcos Antônio Campos Couto, presidente da Associação de Docentes do Colégio Pedro II.

Marcos Antônio teme que a situação se agrave ainda mais afetando irreversivelmente a qualidade do ensino e a comunidade atendida pelo colégio. Segundo ele, no turno da noite, só foi aberta uma turma por unidade, número que já chegou a 15 nos áureos tempos. “A tendência é acabar com o terceiro turno, prejudicando principalmente quem precisa trabalhar durante o dia”, diz.

Arrocho – Outro temor diz respeito ao arrocho salarial a que vêm sendo submetidos os funcionários, fazendo com que muitos professores peçam diminuição de carga horária no Pedro II a fim de trabalhar em outras escolas que pagam melhor. “Como todo servidor público federal, estamos há cinco anos sem reajuste de salário. Com isso, o piso salarial do professor no Pedro II está hoje mais baixo do que o do município”, revela.

Para 40 horas de aulas semanais, um professor iniciante de 1ª a 4ª série no Colégio Pedro II recebe, entre salário e gratificações, R\$ 518,28 por mês. Na rede municipal, o piso salarial para 22,5 horas por semana, está em R\$ 526,40. Na segunda etapa do ensino fundamental e no ensino médio, a diferença é ainda maior: enquanto o professor do município recebe R\$ 601,45 por 16 horas semanais, o do Pedro II ganha R\$ 526,40 para trabalhar 40 horas por semana.